

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.281 - RJ (2020/0037162-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : VIACAO VG EIRELI**  
**OUTRO NOME : CITY RIO ROTAS TURÍSTICAS LTDA**  
**ADVOGADOS : ELIZABETH SOARES BECHTINGER - RJ027087**  
**EURICO MOREIRA - RJ004517D**  
**DAIANE DA SILVA ANTUNES - RJ197595**  
**AGRAVADO : A V M B**  
**REPR. POR : CIRENE MENDES PEDRO**  
**ADVOGADOS : DARLAN CASSIANO DE ALMEIDA - RJ128213**  
**SIMONE CASSIANA DE ALMEIDA NATAL - RJ110882**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por VIAÇÃO VG EIRELI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. PRETENSÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. AUTORA SOFREU QUEIMADURAS DE 2º E 3º GRAUS EM 17,5% DO CORPO. Sentença de procedência parcial, para condenar a parte ré: (a) ao pagamento de R\$20.000,00, a título de danos morais; (b) ao pagamento de R\$20.000,00, a título de danos estéticos; (c) a arcar com o tratamento estético da autora. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA QUE A AUTORA SOFREU QUEIMADURAS DE 2º E 3º GRAUS NA FACE, NOS MEMBROS SUPERIORES E NA PARTE ANTERIOR DO TÓRAX, QUE OCASIONARAM INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA PELO PERÍODO DE 3 MESES, E DANO ESTÉTICO DE GRAU MÉDIO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 387 DO STJ. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS CONFIGURADOS E MANTIDOS. SENTENÇA QUE NÃO MERECE REFORMA. HONORÁRIOS MAJORADOS PARA 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 402 e 944, ambos do CC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Entendeu a MM. Julgadora a quo, por ser razoável a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de indenização por danos morais e R\$ 20.000,00

(vinte mil reais) de indenização por danos estéticos para reparar a honra da demandante/Recorrida, mesmo não havendo nos autos prova do nexo de causalidade entre o dano dito suportado e a conduta da Ré/Recorrida.

Tais valores nem se coadunam, em hipótese alguma, com a razoabilidade e proporcionalidade que se aguarda das decisões judiciais, que, quando muito, ofertam valores simbólicos aos demandantes. Manter a presente condenação será, sim, induzir a Recorrida ao enriquecimento indevido, quiçá ilícito, além de influenciar a já batida "indústria do dano moral". (fl. 352).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O dano moral ficou configurado, pois, inegavelmente, o acidente sofrido pela autora feriu, gravemente, sua incolumidade física e psíquica.

Assim posto, a compensação deve ser fixada com moderação para que seu valor não seja tão elevado a ponto de ensejar enriquecimento sem causa para a vítima do dano, nem tão reduzido que não se revista de caráter preventivo e pedagógico para o seu causador.

O valor arbitrado na sentença, a título de dano moral, deve ser mantido em R\$20.000,00 (vinte mil reais), porque observa os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo compatíveis com a repercussão dos fatos em discussão na vida da autora.

Em relação aos danos estéticos, hoje, tal instituto é tratado como modalidade separada de dano extrapatrimonial, conforme o entendimento da Súmula nº 387 do STJ: “É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.” Na hipótese, no laudo pericial, o expert atesta o dano estético, observando que este seria de caráter médio. No entanto, deve-se levar em conta que a autora hoje tem uma cicatriz imensa no rosto, além de cicatrizes nos membros superiores e no tórax devido as lesões sofridas no acidente. Ostenta-se coerente, portanto, manter a indenização por danos estéticos no patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) (fl. 339).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Ademais, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente